



CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS

CURSO DE PSICOLOGIA

LETÍCIA DANTAS DE VASCONCELOS

**O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBT+: RELATO DE
EXPERIÊNCIA NO AMBULATÓRIO DO PROJETO PROTEAS**

FORTALEZA

2023

LETÍCIA DANTAS DE VASCONCELOS

**O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBT+: RELATO DE
EXPERIÊNCIA NO AMBULATÓRIO DO PROJETO PROTEAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Psicologia do Centro
Universitário Christus, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharela em
Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Carlos Diogo Mendonça da
Silva.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Centro
Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do Centro
Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V331c Vasconcelos, Letícia Dantas de.
O cuidado em saúde mental da população LGBT+ : Relato de
experiência no ambulatório do projeto Proteas / Letícia Dantas de
Vasconcelos. - 2023.

28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Psicologia, Fortaleza,
2023.

Orientação: Prof. Me. Carlos Diogo Mendonça da Silva..

1. Relato de Experiência. 2. Cuidado na Saúde Mental. 3.
Atendimento Psicossocial. I. Título.

CDD 158

LETÍCIA DANTAS DE VASCONCELOS

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBT+: RELATO DE
EXPERIÊNCIA NO AMBULATÓRIO DO PROJETO PROTEA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Psicologia do Centro
Universitário Christus, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharela em
Psicologia.

Aprovado em __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Carlos Diogo Mendonça da Silva.
(Centro universitário christus - Unichristus)

Dra. Patrícia Marciano de Assis
(Centro universitário christus - Unichristus)

Psicóloga Dra. Juliana Fernandes Eloi
(Universidade Federal do Ceará - UFC)

RESUMO

Pesquisas recentes mostram um aumento significativo nos índices de depressão, ansiedade, autolesão e ideação suicida para com a população LGBTQIA+, assim como um aumento de casos homicídios para com esse mesmo público, em especial, pessoas Trans e Travestis. O objetivo deste trabalho é relatar sobre a experiência vivenciada no estágio por meio do atendimento psicossocial realizado com a população LGBT+ no projeto Proteas. Além disso, foi realizada uma pesquisa descritiva com base na abordagem qualitativa, no modelo de relato de experiência, que discorre sobre a prática de estágio em Psicologia na ênfase de Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde, durante o segundo semestre de 2022.2. A vivência possibilitou compreender a importância do cuidado com a saúde mental da população LGBT+ atendida na Clínica Escola de Saúde da Unichristus. A experiência vivida durante o estágio proporcionou reflexões e conhecimento acerca do cuidado em saúde mental da população LGBT+.

Palavras-chave: Relato de Experiência. Cuidado na Saúde Mental. Atendimento Psicossocial.

ABSTRACT

Recent research shows a significant increase in rates of depression, anxiety, self-injury and suicidal ideation among the LGBTQIA+ population, as well as an increase in homicide cases among this same public, especially Trans and Transvestites. In turn, it is understood that LGBTphobia is an attempt to control sexualities and identities taken as dissidents, whose action ranges from attempts at invisibility and social delegitimization, as well as physical violence and/or psychological abuse. The objective of this work is to report the experience lived in the internship from the psychosocial care made with the LGBT+ population in the Proteas project. Besides that, descriptive research was carried out based on the qualitative approach, in an experience report model, which discusses the internship practice in Psychology with an emphasis on Psychology and Prevention Process and Health Promotion during the second semester of 2022.2. The experience made it possible to understand the caring about the mental health of the LGBT+ population, which was attended at Clínica Escola de Saúde da Unichristus. The experience during the internship provided reflections and knowledge about the LGBT+ population's mental health care.

Keywords: Experience Report. Mental Heath Care. Psychosocial Care.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. Método.....	12
2.1 Delineamento.....	12
2.2 Vivência.....	13
2.3 Instrumento.....	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
3.1 Atuação da Psicologia com a População LGBTQ+.....	14
3.2 Políticas públicas voltadas para a população.....	17
4. EXPERIÊNCIA PARA ALÉM DO ENCONTRO	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
6. REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o dossiê *Mortes e Violências contra LGBTI+, no Brasil, em 2021*, desenvolvido pelo observatório de mortes e violências LGBTI+¹ no Brasil, temos as seguintes questões ligadas ao aumento de mortes e outros tipos de violência contra a comunidade. Segundo o referido documento, a maioria dos dados de mortes e violências contra a população LGBT+, teve um aumento entre os anos de 2020 e 2021, (Em 2020, o total de mortes registradas foi de 237, enquanto, em 2021, foi de 316, resultando em um aumento de 33,33%). Nesse contexto, a pesquisa mostrou que houve uma maioria de mortes provocadas por terceiros, sendo 262 homicídios, representando 82,91% do total, e 23 latrocínios, que corresponderam a 7,28% dos casos. Juntos, homicídios e latrocínios representaram 90,19% das mortes violentas contra essa população (OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBT+ NO BRASIL, 2021).

Ademais, houve um número significativo de suicídios, com 26 casos registrados (8,23%), evidenciando possíveis danos causados pela LGBTfobia estrutural, que impacta, significativamente, a saúde mental dessa população, podendo levar a intenso sofrimento ou mesmo à retirada da própria vida por pessoas em situação de vulnerabilidade (OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBT+ NO BRASIL, 2021).

Nesse contexto, podemos compreender que essa população é considerada de risco e suscetível a sofrer algum tipo de violência por preconceito, estigma, intolerância. Ademais, as pessoas que fazem parte da comunidade tendem a sofrer de estresse minoritário, em que, segundo Meyer (2003), as minorias sociais estão expostas a alguns estressores específicos adicionais aos estressores cotidianos que independem de uma posição de vulnerabilidade social. Entende-se por estressores cotidianos todo evento que tire o organismo do equilíbrio e que independa de sua condição de minoria (MEYER, 2015).

O relatório *Diagnostico LGBT+ na pandemia 2021*, estruturado pelo coletivo #VoteLGBT, junto com BOX1824, que é uma consultoria estratégica baseada em estudos de comportamento, levantou dados sobre a piora na saúde mental da população LGBT+ no período de 2020 e 2021, que foram os anos de pandemia da COVID-19. Em 2021, em que

¹ A sigla LGBT+ se refere a cada letra referente a uma orientação sexual e identidade de gênero. Neste trabalho, preferi trabalhar com a sigla em sua formatação mais simples. A letra L se refere às Lésbicas, G aos Gays, B aos Bissexuais, T aos Trans e Travestis, o + está relacionado a outras orientações e identidade de gênero que fazem parte da comunidade.

55,19% das pessoas que participaram da pesquisa relataram piora na saúde mental do que no ano anterior, 30% das pessoas já tinham o diagnóstico prévio de depressão, e 47,59% receberam o diagnóstico prévio de ansiedade. Em ambos os casos, houve cerca de 2% a mais que na pesquisa de 2020, que foi de 28% para depressão e de 45,35% para ansiedade. (#VOTELGBT,2021).

Além disso, os fatores que contribuíram para esse aumento foram falta de perspectiva, isolamento social, perdas de renda e material, adoecimento de amigos e familiares, falta de espaço físico e, principalmente, o distanciamento da rede de apoio e a escassez de profissionais que pudessem ajudar essa população. Por meio desses dados, podemos ressaltar a importância de políticas públicas voltadas para essa comunidade que garantem respeito, dignidade e saúde. Nesse sentido, o agravamento da pandemia em 2021 e o atual contexto político contribuíram para ter o aumento desses diagnósticos nessa população. Os dados mostram como é importante ter políticas de saúde mental voltada para essa população e profissionais capacitados para cuidar em todas as áreas.

As políticas públicas que já ajudam a essa população são Brasil sem homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT (de 2004); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNDCDH – LGBT (de 2009); Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT (2013) (Borges,2020); e o Plano Nacional da Educação (PNE) 2014 – 2024 (Lei nº 13.005/2014), que enfatiza a promoção do respeito aos direitos humanos e à diversidade, assim como a erradicação de todas as formas de discriminação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/1990) contempla o combate à discriminação, sendo obrigatória a tratativa de questões relacionadas a gênero, raça, sexualidade e classe social. (PORTAL CATARINAS,2022).

Nesse sentido, podemos destacar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, a qual constitui um conjunto de diretrizes cuja organização requer planos que contenham estratégias e metas sanitárias, e sua execução requer desafios e compromissos das instâncias de governo, especialmente das secretarias estaduais e municipais de saúde, dos conselhos de saúde e de todas as áreas do Ministério da Saúde, com o foco nessa população. (MINISTÉRIO DA SAÚDE,2013). A política de saúde integral LGBT (BRASIL,2013) reconhece os efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde desses grupos sociais.

A partir disso, foi implementado, no segundo semestre de 2022, o projeto Proteas, na Clínica Escola de Saúde da Unichristus (Centro Universitário Christus). Esse projeto de extensão multidisciplinar, composto pelos cursos de Farmácia, Medicina, Nutrição e Psicologia, com intuito de cuidar da população trans, promove acolhimento, prevenção e proteção à saúde desse público. No caso específico da psicologia, a professora responsável optou por começar a articular a partir de uma área de estágio da ²ênfase em promoção e prevenção de saúde do Curso de Psicologia da Unichristus.

Nesse sentido, a presente autora deste trabalho, enquanto estagiária, teve a experiência de saber como realizar atendimento psicossocial, por meio da triagem. Depois dessa etapa, o paciente é encaminhado ou deseja ser cuidado pelo serviço. Sendo assim, a inserção do psicólogo no campo da atenção psicossocial se deu por meio das políticas públicas voltadas para a saúde mental no país, em que o profissional pode adentrar a atenção básica e os centros de atenção psicossocial. Nesses serviços, o psicólogo trabalha com o conceito de clínica ampliada, no acolhimento e na construção do projeto terapêutico singular (PTS). (CFP,2022).

Com o intuito de questionar como as práticas em psicologia têm contribuído no cuidado em saúde mental da população LGBT+, podemos indagar sobre quais estudos feitos têm auxiliado os profissionais a terem um acolhimento mais humanizado para essa população, principalmente, as pessoas trans e travestis.

Este trabalho tem como justificativa o compromisso ético-político da psicologia para com a população LGBT+, no qual ilustra a prática do estágio como importante para categoria. A partir disso, destaca a importância do cuidado em saúde mental dessa população, pois, por meio dos dados apresentados na introdução, mostra-se como essa população é considerada de risco e de vulnerabilidade para desenvolver depressão e ansiedade. Nesse sentido, são relevantes para o meio acadêmico pesquisas de vivências, como relato de experiência, e os recentes serviços-escolas que têm foco nessa população, pois há poucos estudos sobre a temática.

Nessa perspectiva, a justificativa pessoal da presente autora é importante, pois a prática no estágio revelou a que a clínica é uma opção para ela, porque ela, desde do início da graduação, identificava-se mais com a área social e constatava, na prática, que o social também está na clínica, é de um certo modo fascinante. Por meio dessa prática, ela pôde visualizar como são conduzidos o atendimento psicossocial, já que a ideia foi atender a

²O Curso de Psicologia da Unichristus tem duas ênfases, que são processos clínicos e promoção e prevenção de saúde.

peças LGBT+ que tivessem interesse de fazer um atendimento psicológico e, principalmente, dar prioridade às pessoas trans e travestis. Nesse sentido, o estágio trouxe reflexões sobre ser uma profissional e como o trabalho dela pode ajudar às pessoas que buscam ajuda.

Em relação à relevância social, entende-se que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT garante a essa população o acesso e cuidado, porém os profissionais da área ainda não têm o devido manejo de como lidar com essa população. Nesse contexto, a psicologia traz resoluções que credibilizam os profissionais a terem uma prática de acolhimento, empatia e, seguindo os direitos humanos, fazerem que essa população seja bem cuidada. Ademais, também é de informar como o serviço funciona e de manifestar como a psicologia está avançando nos debates sobre gênero e sexualidade.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é relatar sobre a experiência vivenciada no estágio por meio do atendimento psicossocial com a população LGBT+ no projeto Proteas. Incluem-se os objetivos específicos: refletir sobre a atuação do profissional de psicologia com a população LGBT+; compreender sobre como o estresse minoritário afeta a saúde mental de dissidentes de gênero e sexualidade, assim como discutir sobre as possibilidades e os desafios em realizar um acolhimento inclusivo de atenção psicossocial nos espaços da psicologia.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva com base na abordagem qualitativa, no modelo de relato de experiência, que discorre sobre a prática de uma estagiária de psicologia no atendimento psicossocial com pessoas LGBT+, durante o segundo semestre de 2022.2.

2.1 Delineamento

O referido estudo trata de um relato de experiência que cuida de um tipo de produção de conhecimento, e que descreve uma vivência acadêmica em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cujo enfoque principal é a descrição da intervenção. Então, podemos considerá-lo como uma expressão escrita de experiências vivenciadas, capaz de contribuir para a produção de conhecimento nas mais variadas temáticas.

De acordo com Daltro e Faria (2019), o Relato de Experiência (RE) é uma pesquisa de narração e descrição de fatos observáveis e subjetivos. É um trabalho de conciliação e memória, a elaboração de um acontecido que, como vê seu pesquisador, invoca suas competências reflexivas e associativas, bem como suas crenças e posições de sujeito no mundo. Em resumo, o trabalho narrativo da singularidade no RE é sempre e invariavelmente um trabalho de linguagem.

Além disso, a pesquisa tem como método a pesquisa-ação, define-se como “um termo que se aplica a projetos em que os práticos buscam efetuar transformações em suas próprias práticas...” (BROWN; DOWLING, 2001, p. 152). Dessa forma, a relação de pesquisador e sujeito pesquisado proporcionará uma transformação tanto do sujeito, quanto do próprio pesquisador, em que ele atua como postura ativa e passiva, ativa no sentido de fazer intervenções e passiva no tocante à observação e à coleta de dados.

2.2 Vivência

O presente estudo foi realizado por meio da vivência de estágio, o qual foi finalizado em novembro de 2022. O estágio curricular obrigatório, denominado como estágio específico II, é ofertado no décimo semestre, na ênfase de promoção e prevenção de saúde no curso de Psicologia do Centro Universitário Christus (Unichristus).

Em seguida, a prática de estágio ocorreu com a implementação do projeto Proteas na inclusão da psicologia e só possuía uma estagiária com a supervisora. De início, iria atender somente pessoas que se identificam como transexuais, travesti e outras expressões de identidade. Como o serviço está sendo implementado, houve a possibilidade de abrir vagas de atendimento para abranger todas as pessoas LGBTQ+ com prioridade às pessoas trans e travestis.

O período de atendimento foi de setembro até novembro de 2022. Eles ocorreram todas as sextas a partir de uma hora da tarde até às cinco horas. Em média, foram três a quatro pacientes por turno; no total, foram 22 pacientes; no entanto, os que foram atendidos foram 12 pacientes; desses acompanhados, 3 foram atendidos pela supervisora. A estagiária acompanhou 4 pacientes. Assim, foi possível a realização de 4 atendimentos por paciente nesse período de 9 de setembro a 18 de novembro.

Além disso, as supervisões no início do estágio eram voltadas para discussão teórica, construção do plano de estágio e montagem do panfleto para chamar o público-alvo, ocorrendo sempre às sextas-feiras à tarde. A partir de setembro, as supervisões começaram a

ser feitas nas segundas-feiras pela manhã, quando se discutia como foi cada atendimento, como seriam as intervenções e quais textos poderiam ser trabalhados com cada paciente.

2.3 Instrumento

Foi utilizado, como instrumento de coleta de dados diário/relato de atendimento, em que a estagiária fazia as anotações de cada atendimento e escrevia sobre suas percepções. Nas intervenções foram trabalhadas com a maioria dos pacientes, o Diário das Emoções, em que o paciente iria descrever, ao longo da semana, como estava se sentindo. O intuito é de trabalhar a autopercepção, entender os gatilhos e desenvolver o autoconhecimento. Além disso, houve intervenções como exercícios imaginativos verbais como validação e acolhimento, materiais sentimentais e comportamentais como começar a construir uma rotina e exercício físico.

Na atuação do psicólogo (a) ou estagiário (a) de psicologia, é muito utilizado o Diário de Campo, o qual é um instrumento metodológico utilizado para registrar o que é vivenciado durante a prática. Por meio desse aparato, é possível conhecer as vivências, implicando um saber não institucionalizado, mas prático (COSTA e COIMBRA, 2008). O diário é defendido por Benedito Medrado, Mary Jane Spink e Ricardo Mélo (2014, p. 273) como um parceiro que se movimenta em forma de texto “narrativo, ficcional e implicado”.

Os autores, como Florence Weber (2009) e Keli Dal`Pra, Regina Miotto e Telma Lima (2007), argumentam que o Diário de Campo possibilita a produção de um material de caráter etnográfico, de pesquisa e íntimo, e que tais características são concomitantes nos diários. O material produzido no Diário de Campo se difere de um texto comum, pois, apesar de ser um documento científico, permite um distanciamento da experiência registrada e avaliação do que houve em contraponto com hipóteses e propósitos. O Diário de Campo possibilita a documentação dos fatos vivenciados na prática, o que é um dos alicerces da constituição da identidade profissional.

Dessa forma, esse instrumento facilitou uma experiência para autora de como são feitos os registros e como, a partir disso, houve outras reverberações como reflexões a respeito de como cada paciente está progredindo em seu processo. Para a autora, o Diário de Campo possibilitou muitas reflexões e manejos com os pacientes acompanhados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Atuação da Psicologia com a População LGBT+

A atuação da psicologia no período em que a homossexualidade era considerada doença pelos manuais de diagnóstico. Isso possibilitou que existissem terapias de conversão/reorientação sexual, no senso comum considerada de “cura gay”, e, infelizmente, ainda existem profissionais que fazem esse tipo de terapia indo contra as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia e dos direitos humanos. Ademais, em 17 de maio de 1990, foi tirado do rol dos manuais de diagnóstico a homossexualidade como doença. Atualmente, essa data é comemorada como o dia internacional contra a homofobia.

Nesse sentido, é importante destacar as resoluções que o Conselho de Psicologia tem constituído, pois isso oferece um respaldo de como os psicólogos devem atuar com essa população.

De acordo com um dos princípios fundamentais do Código de Ética da(o) Psicóloga(o), o trabalho do profissional se baseará no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005).

Além disso, a Resolução nº 01/1999 deu uma abertura para os psicólogos terem outro olhar para aqueles sujeitos que sabiam que eram homossexuais e precisavam ser acolhidos e compreendidos sobre o que são e não julgados como eles são, mesmo que fosse uma patologia que precisasse ser tratada. Essa resolução orienta, esclarece e conscientiza os profissionais de psicologia que não é recomendado se envolverem em qualquer atividade que contribua para a natureza patológica do comportamento ou das práticas homossexuais. Também proíbe práticas coercitivas para orientar os homossexuais a tratamento não solicitado (CFP,1999).

Nesse contexto, as Resoluções mais recentes são nº 01/2018 e nº 08/2022, pois elas reforçam o compromisso ético e político com essa população. A Resolução nº 01/2018 tem como objetivo impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação e proíbe a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias (CFP,2018).

Ademais, a Resolução nº 08/2022 orienta os profissionais a considerarem a autodeterminação de cada sujeito em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero, reconhecendo as intersecções entre território, raça, etnia, classe, geração, deficiências, identidades e expressões de gênero como marcadores sociais de diferenças, entre outras

diretrizes. Também reconhece a legitimidade das bissexualidades e as demais orientações não monossexuais, não as vinculando às homossexualidades ou às heterossexualidades. (CFP,2022).

A partir disso, as resoluções nos mostram como a psicologia, com seu compromisso ético-político, possibilitou uma abertura para a população LGBTQ+, no intuito de ela ser compreendida, acolhida por ser quem é e conseguir ser visibilizada. É um grande marco para esta comunidade e para a classe de profissionais de psicologia.

Em 2019, o Conselho Federal de Psicologia lança um livro, “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTQs”, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos. Ele apresenta um mosaico de histórias de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTIs) que retratam os intensos sofrimentos ético-políticos e os processos de resistência decorrentes de diversas formas de violências, preconceitos, injustiças e exclusão (CFP,2019). Essa obra traz reflexão sobre como atuar com essa população, porque os relatos mostrados ilustram como é o intenso sofrimento dessa população, quando não é acolhida pela família, igreja e algum profissional de saúde. Também mostra como um acolhimento e uma escuta qualificada proporciona ao sujeito que ele consiga lidar com o preconceito e tenha um espaço seguro no qual ele pode ser ele; no qual seja aceito do jeito que é.

Nesse seguimento, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina lançou um material sobre “Psicologia, Travestilidade e Transexualidade, compromissos ético-político da despatologização” em 2019; ele contribui para os profissionais que têm interesse em aprofundar sobre transexualidade e despatologização. Esse material de referência tem muitos tópicos que dão um auxílio para qualquer psicólogo que atende a pessoas trans e travestis. Aliás, o livro “Transfeminismo”, da autora Letícia do Nascimento, em que ela é a primeira mulher trans a ser professora de uma Universidade Federal, é outro material interessante para se aprofundar sobre a transexualidade.

Apesar disso, esses materiais também podem ser utilizados por estudantes de psicologia nos estágios clínicos, pois independentemente de ter ou não um serviço voltado para a comunidade LGBTQ+, é uma demanda que pode, sim, chegar à clínica-escola; no caso, um estagiário de psicologia pode atender a uma pessoa que dependa de sua sexualidade. Mas será que esse aluno tem um preparo para esse tipo de demanda? Percebe-se que as discussões sobre gênero e sexualidade nas universidades têm ganhado espaço, porém a passos de lentos. Essas discussões se apresentam mais nas disciplinas voltadas para uma ênfase social do que a clínica.

Esses questionamentos são pertinentes, mesmo assim, não é o foco deste trabalho. Porém, como o trabalho é sobre um relato de experiência de estágio, a estudante dá ênfase ao social e, não só isso, tem interesse em aprofundar sobre essa temática não como estagiária, mas como uma futura pesquisadora que se inquieta com algo que pode ser exposto para os futuros estudantes e pesquisadores. Nesse sentido, ainda se tem uma preferência pela ênfase clínica em que, na maioria das vezes, os estudantes de psicologia escolhem conduzir, mas isso também está atrelado ao fato de como as instituições de ensino têm configurado na grade curricular.

As autoras Assunção e Silva (2018), em seu artigo “Formação em psicologia e diversidade sexual: atravessamentos e reflexões sobre identidade de gênero e orientação sexual”, trazem uma discussão sobre como o Curso de Psicologia tem tratado esses temas e como ele apresenta falhas. Mas essas falhas estão muito relacionadas a como está configurada a grade curricular do curso, pois cada intuição tem um certo foco. Porém, a instituição tem que se preocupar com o aluno em relação ao conhecimento, às habilidades e às atitudes que o profissional tem que ter ao se formar, uma vez que é muito fácil culpabilizar as falhas somente na instituição, também tem que haver certa responsabilidade do aluno quanto ao tipo de profissional que ele quer ser. Enfim, as autoras finalizam com uma reflexão sobre a necessidade de investimento do tema no ensino superior, ou uma disciplina específica sobre temáticas LGBT+, ou de sexualidade, mesmo sabendo que isso não garante a compreensão, absorção e internalização de conceitos sobre o tema, tampouco garante uma boa atuação profissional.

3.2 Políticas públicas voltadas para a população LGBT+

As principais políticas criadas para essa comunidade, ao longo dos anos, foram o Programa o Brasil Sem Homofobia (BSH), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT), o Programa Nacional de Direitos Humanos e a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTIS, e a mais recente foi a criação de um Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+). Essas políticas foram conquistadas por muita luta, para essa comunidade conseguir ter direito a sua dignidade, ter segurança e, principalmente, respeito por serem quem são.

O programa BSH foi criado em 2004. Um dos objetivos principais deste programa é a mudança de comportamento dos gestores públicos, em que eles seriam firmes em relação à discriminação contra pessoas não heterossexuais.

Conforme os autores Junior e Mendes (2021), o programa não atingiu, de modo satisfatório, seus propósitos, suscitando a convocação da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008, para debater medidas para efetivação do programa. Essa conferência teve como resultado a promulgação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT) em 2009, que sequer chegou a ser formalizada por meio de decreto ou portaria (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009). Também requisitou o lançamento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, em 2011, visando à promoção da saúde desses atores e à capacitação dos profissionais para lidar com os LGBT (Ministério da Saúde, 2008).

Nesse contexto, é relevante destacar a importância de ter sido criada a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, porque, antes, a população era desassistida, mesmo que hoje, infelizmente, não tenha mudado muito, devido aos discursos de governos de direita, isso não diminuiu a possibilidade de os direitos dessa população terem acesso à saúde. Faz pouco tempo que foi permitido que pessoas LGBT+ pudessem doar sangue.

Anteriormente, o raciocínio era que, se um homem ficasse por um ano sem fazer sexo com outros homens, reduzir-se-ia o risco de transmitir certas infecções, como o HIV. No entanto, essa política discriminativa recaia nos membros da comunidade LGBT+ (CDD,2021). Em 2020, o STF proibiu essa restrição sobre os homens que se relacionam com outros homens, considerando-a inconstitucional e discriminatória. (OLIVEIRA,2020).

No ano de 2019, o STF aprovou uma lei de LGBTfobia equiparada ao crime de racismo, no qual, insultar ou induzir a discriminação, ou preconceito contra a orientação sexual, seria razão de penalização por um a três anos de prisão, além de multa. Esse fator é muito importante para toda a comunidade LGBT+, porém, ainda falta muito respeito na nossa sociedade, principalmente às pessoas trans (OLIVEIRA e BÁRBIERI,2019).

O site do Observatório de mortes e violências LGBTI+ no Brasil define LGBTfobia como:

Compreendemos a LGBTIfobia como a discriminação, aversão ou ódio, de conteúdo individual ou coletivo, baseado na inferioridade das pessoas LGBTQIA+ em relação à heteronormatividade. Esse termo tende a ser menos conhecido, uma

vez que homofobia é frequentemente usado como sinônimo. Tecnicamente, este último conceito se refere apenas às violências direcionadas aos homossexuais – lésbicas e gays. No entanto, de forma prática, esse conceito se popularizou como sinônimo das violências que acometem todos os segmentos LGBTQIA+ (OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBT+ NO BRASIL, pág.*³ 2022).

Optaram pela utilização do termo tanto no site, como no dossiê para identificar as violências contra a orientação sexual e a identidade de gênero, no sentido de visibilizar todos da comunidade e pontuar as particularidades das violências que acometem cada um.

Em junho de 2021, em nível estadual, o ex-governador Camilo Santana sancionou a Lei Estadual nº 17.480, de autoria do atual Governador do Estado do Ceará. Essa lei diz que todo estabelecimento público ou privado deve ter uma placa visível com os seguintes dizeres “AVISO: é expressamente proibida a prática de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero”, e deve constar o telefone da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT para fins de denúncias, esclarecimentos e reclamações (QUEIROZ,2021). De igual modo, em fevereiro de 2022, foi criado o observatório dos crimes LGBTfobia no estado do Ceará (Criação do Observatório dos Crimes por LGBTfobia é publicado no DOE, 2022); no entanto, não foi possível encontrar dados sobre quantas denúncias eram relacionadas a esse crime no estado. Porém, no Observatório de mortes e violências de LGBTI+ no Brasil e no Grupo Gay da Bahia (GGB), tentou-se trazer dados a respeito disso. Apesar disso, o último relatório que saiu foi de 2021.

Entres outras políticas relacionadas à população LGBT+, são mostrados na cartilha “o Ministério Público e os Direitos LGBT+”, que foi publicada em 2017 e organizada por Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público Federal e Centro de Apoio Operacional da Cidadania — Ministério Público do Estado do Ceará. Todavia, essa cartilha não contém alguns decretos de 2018 a 2023, porém não significa dizer que não seja um material de relevância, ao mostrar um apanhado de decretos e políticas que são vigentes até hoje e foram regidos em anos anteriores. Isso mostra que as lutas dessa população por direitos estão sendo validadas e, cada vez mais, estão conquistando direitos.

Uma política de grande importância foi a criação dos centros de Referência LGBT+. A partir desse órgão, é possível visualizar a eficácia dessas políticas por estar mais próximo

³ Site: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/> Acessado: 26 abr. 2023

da população assistida e dar o devido auxílio sobre seus direitos. Isso mostra como as políticas se fortaleceram para poder se ter esses centros de referências, apesar de que, no estado do Ceará, o centro fica localizado na capital, onde também tem seu centro municipal de referência. Eles são recentes, porém são de extrema importância para a comunidade, apesar de estarem concentrados na capital, os profissionais fazem seu trabalho de atender à grande demanda de pessoas que procuram o serviço.

Os Centros⁴ de referências espalhados pelo país são para oferecer acolhimento e atendimento humanizado à população LGBTI+, em situação de vulnerabilidade social ou em situação de violência decorrente de LGBTfobia; também ofertam serviços especializados nas áreas jurídica, psicológica, assistencial, orientação e acompanhamento às vítimas e aos familiares, com suporte de uma equipe multidisciplinar.

Outras políticas que englobam essa população são as socioassistenciais, pois, além de serem minorias, são cidadãos; é direito deles usufruir dessas políticas. A cartilha “O Dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil” (2020), ilustra um pouco sobre o trabalho do SUAS com essa população. É interessante destacar a importância do trabalho deles com as famílias e as comunidades, em que os LGBT+ vivem. Esse trabalho era de explicar sobre as violências que essas pessoas sofrem por serem quem são e como a família pode ajudar; também o intuito era de fazer com que essas pessoas não sejam expulsas de casas. A partir disso, podemos refletir sobre como essas políticas são importantes e como a família, que muitas vezes deveria ser nosso lar, para quem é LGBT+, torna-se, muitas vezes, um lugar de muito sofrimento e opressão. Segundo a cartilha:

O Trabalho Social com Famílias visa à prevenção de violência e violações de direitos, identificando as vulnerabilidades do público LGBT e buscando fortalecer as potencialidades no sentido de acolher e fortalecer as diversas identidades de gênero e orientações sexuais, buscando, ainda, desconstruir práticas discriminatórias, por meio de campanhas, palestras, grupos e oficinas com famílias e comunidade. É importante que a rede de atendimento incorpore ao trabalho social realizado a prevenção ao rompimento dos vínculos familiares que frequentemente acompanham a trajetória de vida da população LGBT

⁴ Em Fortaleza, localiza-se o centro municipal e o estadual. O municipal se chama Janaína Dutra e o estadual, é Thina Rodrigues.

(MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, pág.5, 2020).

Assim, o artigo “a psicologia brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia” traz uma reflexão sobre como o conselho atua com as políticas voltadas para essa comunidade. Os autores Aragusuku e Lee comentaram um fato de interesse, como:

No período de 2002 a 2007, o Conselho Federal não realizou ações ou campanhas significativas em torno da questão LGBT, entretanto, começou minimamente a se posicionar sobre o assunto a partir da defesa das implicações da resolução 01/99. Dentro desse cenário, temos, em 2003, o primeiro enfrentamento público do CFP com o conservadorismo político e os partidários das terapias de orientação heteronormativa. Naquele ano, a tramitação do PL 2.177/03, apresentado pelo Deputado Neucimar Fraga (PL/ES) — que propunha a criação de um serviço de recondução voluntária à heterossexualidade, sob a responsabilidade do poder público e do Sistema Único de Saúde (SUS) — faz o CFP se posicionar sobre a temática, reafirmando e enfatizando sua posição pela despatologização das práticas homoeróticas (ARAGUSKU; LEE, pág.144,2015).

Esse fato se destacar por mostrar como o conselho sempre atuou a favor dos direitos humanos e das minorias. Nesse contexto, essa citação mostra que já existiam políticos com um viés conservador, tentando, de alguma forma, fazer leis que oprimissem ou calassem a comunidade LGBT+. Vale ressaltar que, atualmente, as políticas públicas têm-se mostrado cada vez mais fortalecidas.

Com isso, na sociedade em que vivemos, que não é justa nem menos desigual, podemos ter esperança por meio dessas políticas que garantem um ambiente seguro para essa população não ter medo de andar nos espaços públicos e ter o direito de andar como quiser e frequentar qualquer lugar a que desejar ir.

4 Uma experiência para além do encontro

A experiência do estágio me permitiu perceber que o cuidado com as pessoas LGBT+ vai muito além de seguir as resoluções do conselho e sim mesclar acabou teórico junto com prática, pois a partir do primeiro contato que eu entendi que a escuta e o olhar empático, acolhe aquele sujeito, no qual recebe muitos olhares de julgamentos, preconceituosos na rua e em casa. Nesse sentido, um fator que contribuiu para uma relação de

confiança em alguns atendimentos foi o de se revelar que faço parte da comunidade LGBTQ+. Além disso, o estágio proporcionou o primeiro contato com a clínica, mas com o viés de clínica ampliada, no qual se utilizou o método da abordagem centrada na pessoa para conduzir os atendimentos. Nas intervenções, foram utilizadas as palavras de validação e o Diário das Emoções para trabalhar autocuidado e percepção de si, em que os pacientes começam a se autoperceber e entender como seus sentimentos e emoções se proliferam em uma determinada situação.

O primeiro atendimento realizado foi conduzido de maneira conjunta, porque só havia uma sala apropriada para os atendimentos da psicologia na clínica-escola de saúde, pois a maioria das salas são para atendimentos ambulatoriais da medicina. Ademais, era válido esse primeiro contato com o paciente ser de uma forma conjunta, pois eu não tinha confiança de como iria conduzir esse atendimento, já que minhas outras experiências de estágio eu sempre estava acompanhada de um profissional e observava mais do que ter uma postura ativa.

Dessa forma, a primeira paciente que atendemos juntas, foi possível ser acompanhada até quatro sessões; no último atendimento foi conduzido pela supervisora, devido à organização dos pacientes no dia. No total dos atendimentos, elas acompanharam juntas duas pacientes com quatro sessões consecutivas, que, ao final, por causa das finalizações dos atendimentos, tiveram que finalizar separadamente.

Os atendimentos foram divididos da seguinte forma: os pacientes que desejaram ficar sendo acompanhados eram atendidos a cada quinze dias, dependendo da demanda, pois, no começo, houve muita procura; então foram priorizadas as pessoas que entraram em contato primeiro; quem não comparecia ao primeiro atendimento era marcado com o próximo da fila de espera, e, assim, atendemos ao todo vinte duas pessoas em três meses. Começaram os atendimentos na primeira sexta-feira de setembro e foram finalizados no dia 18 de novembro.

Logo após um mês de atendimentos, vimos que era preciso que as duas atendessem separadamente devido à demanda de pacientes. Apesar do fator de não haver outra sala com aspecto mais acolhedor, foi possível realizar os atendimentos sem quebra de vínculo. A divisão de quantos pacientes iriam ficar para cada uma atender foi de acordo com os horários de marcação; cada uma atendia de três a quatro pacientes por semana, apesar de que havia semana que uma atendia três e outra somente dois pacientes, porque sempre havia alguém que faltava.

Nesse sentido, conseguiram atender a três pessoas trans, duas lésbicas, quatro homens gays, e houve uma paciente que não se identificou como sendo da comunidade. Como

o serviço se caracteriza como porta aberta, com a especificidade de acolher pessoas LGBTQ+, poderíamos atender pessoas que não fizessem parte da comunidade.

Os atendimentos que chamaram mais atenção foram com os três pacientes trans e dois homens gays, em que um deles foi acompanhado em quatro atendimentos, e outro só teve um atendimento, apesar de ter confirmado que iria no segundo encontro. Como eram prioritários os atendimentos às pessoas trans, foi satisfatório ter conseguido atender a elas apesar de que somente um deles foi possível acompanhar por quatro sessões.

Por meio desses atendimentos, foi possível visualizar como a saúde mental da população LGBTQ+ está prejudicada por causa desses fatores que são: o convívio familiar, as violências que essa população está suscetível a enfrentar, o desemprego e as questões políticas, pois passamos quatro anos onde o ex-presidente da Republicar incitava discursos de ódio para todas as minorias e o desmonte de todas as políticas de assistência social e do SUS. Isso teve uma repercussão, no qual, quem gostava dele poderia proferir as violências contra essas minorias.

Nesse contexto, esses fatores podem desencadear insegurança, falta de expectativa e da rede de apoio podem levar o sujeito a entrar em um processo de adoecimento, onde possa ter depressão ou ansiedade. Essa população, quando comparada com o padrão heterossexual, é considerada diferente, defeituosa e desigual. O fato de esse público sofrer violência física, baseado em ideias criadas pela visão dos heterossexistas e machistas, define essa população com uma ótica patológica, por violar estereótipos sexuais e também por ir contra os papéis de gênero, determinados pela heteronormatividade (GOMES, REIS & KURASHIGE, 2014).

A faixa etária dos pacientes variava entre os 18 anos aos 32 anos. O que se destacou mais nas sessões com esses pacientes foi o fato de estarem se sentindo mais ansiosos e terem sentimentos de desmotivação, apesar de que cada um tem sua vivência de uma forma singular; porém, era visível perceber, na fala de cada deles, os atravessamentos sociais. Nos atendimentos foi nítido perceber que a maioria dos pacientes relatava estar mais ansiosa, e alguns com sentimentos de desesperança, inutilidade e de falha.

O cuidado com essa população começou no primeiro encontro, em que muitos procuram um serviço de acolhimento e escuta, pois, na sociedade em que existe muita opressão e discriminação por ser uma pessoa LGBTQ+, não existe, às vezes, um local seguro para esses indivíduos serem quem são. Na finalização dos atendimentos, foi percebido como cada um ficou muito grato pela evolução que teve e pelo acolhimento.

Os desafios enfrentados pela vivência foram: como a sala dos atendimentos se localizava ao lado da recepção, em algumas ocasiões, havia muito barulho e, também, ocorriam interrupções do pessoal da limpeza, quando estávamos em supervisão e em atendimento. Levamos essas considerações para a coordenação da clínica e obtivemos uma resolução, pois não fomos mais interrompidas, principalmente pelo pessoal da limpeza. Outra dificuldade foi na marcação com os pacientes, uma vez que alguns não compareceram e não justificaram. Isso afetou o andamento de novos atendimentos. Nos atendimentos únicos, houve muitas trocas e aprofundamentos, mas, com outros pacientes, era notável que, se tivesse dado continuidade, poderíamos ter trabalhado outras questões com mais clareza. Além desse desafio do espaço físico, para mim foi desafiador lidar com as identificações que tive com alguns pacientes, pois sendo uma mulher lésbica, vivenciei situações que os pacientes relataram sobre as violências sofridas.

Nos atendimentos, as trocas que ocorreram proporcionaram transformações para os dois lados tanto para os clientes, como para mim; assim, compreendeu-se que a relação terapeuta-cliente, que é a base para um bom processo psicológico, proporciona transformações e potencialidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência vivenciado no estágio específico dois, na ênfase de promoção e prevenção a saúde, possibilitou ter reflexões sobre o cuidado com a população LGBT+, no serviço-escola e no que acarreta todo o contexto sobre o que é ser minoria. Percebeu-se nos atendimentos como a relação entre cliente e psicóloga é tão importante para que se tenha confiança e o processo psicoterapêutico ocorra. Cada atendimento foi único e transformador. Para os pacientes acompanhados por mais de um atendimento, foi muito gratificante observar como cada atendimento era uma evolução, percepção de si totalmente diferente do primeiro encontro.

Observou-se que existe uma necessidade de ampliar estudos e projetos, principalmente nas universidades, que envolvam a população LGBT+. Em relação às políticas públicas, tem-se avançado, principalmente no Estado do Ceará; porém, ainda não é o ideal, pois ainda existe muita discriminação e violência em torno dessa população, conforme os jornais e os relatos de atendimento, mas o que foi conquistado já é um avanço, uma vez que os

centros de referência se têm mostrado muito eficazes no combate à discriminação, dando acolhimento e assistência a quem precisa.

Logo, é válido ressaltar que, apesar de suas limitações, este trabalho pode contribuir para a ampliação sobre o cuidado em saúde mental da população LGBTQ+ em diferentes contextos, seguindo as resoluções do CFP e sempre buscando estar ouvindo pesquisadoras falando sobre a temática de gênero e a sexualidade, porque embasamento teórico dá respaldo nas políticas públicas, assim como nos diversos contextos de atuação. Com isso, essa vivência proporcionou reflexões sobre como a psicologia contribuiu para o combate e discriminação contra essa população, como as políticas públicas estão ganhando força e, a partir disso, como proporcionar um cuidado que favorece acolhimento, empatia e validação, pois não é fácil viver em uma sociedade que discrimina uma pessoa por ser quem é.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acontece Arte e Política LGBTQ+ / Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais E Intersexos - Abglt / Associação Nacional De Travestis E Transexuais (ANTRA). Mortes e violências contra LGBTQ+ no Brasil: Dossiê 2021. **Observatório de mortes e violência LGBTQ+ no Brasil**, [s. l.], 2022.

ARAGUSUKU, H. A.; LEE, H. de O. A Psicologia Brasileira e as Políticas LGBTQ no Conselho Federal de Psicologia. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 131-154, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v5p131-154>.

AGUIAR, L. Ceará ganha o primeiro centro estadual de referência para a população LGBTQ+. **Opovo**, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/12/11/ceara-ganha-o-primeiro-centro-estadual-de-referencia-para-a-populacao-lgbt-.html>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ASSUNÇÃO, M. M. S. de; SILVA, L. R. da. Formação em psicologia e diversidade sexual: atravessamentos e reflexões sobre identidade de gênero e orientação sexual. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Minas Gerais, v. 3, n. 5, p. 392-410, 2018.

BECKER, M.; CORTINA, K. S.; TSAI, Y.-M.; ECCLES, J. S. Sexual orientation, psychological well-being, and mental health: a longitudinal analysis from adolescence to young adulthood. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, Washington, v. 1, n. 2, p.132-145, 2014. Disponível em: <https://acuresearchbank.acu.edu.au/item/8w9v3/sexual-orientation-psychological-well-being-and-mental-health-a-longitudinal-analysis-from-adolescence-to-young-adulthood>.

BOCK, A. M. B. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BORGES, F. A. A importância da construção de políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+. **InformaSUS-UFSCar**, São Carlos, 25 set. 2020. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/a-importancia-da-construcao-de-politicas-publicas-direcionadas-a-populacao-lgbtqia/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; AZEVEDO, H. V. P.; RAMOS, M. de M. Preconceito e Saúde Mental: estresse de minoria em jovens universitários. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 7-21, 2020. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3523>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Conselho Regional de Psicologia - Santa Catarina. **Psicologia, travestilidade e transexualidade: compromissos ético-políticos da despatologização**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

COCHRAN, S. D.; SULLIVAN, J. G.; MAYS, V. M. Prevalence of mental disorders,

psychological distress, and mental health services use among lesbian, gay, and bisexual adults in the United States. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 71, n. 1, p. 53-61, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12602425/>. Acessado em: 7 maio 2023.

COHEN, J. M. *et al.* Anxiety and related disorders and concealment in sexual minority young adults. **Behavior Therapy**, London, v. 47, n. 1, p. 91-101, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26763500/>. Acessado em: 7 maio 2023.

COSTA, E. A. de P.; COIMBRA, C. M. B. Nem criadores, nem criaturas: éramos todos devires na produção de diferentes saberes. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 125-133, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N° 001/99, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N° 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CPAS – Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N°8, de 17 de maio de 2022**. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/12/a-produo-do-conhecimento-na-construo-do-saber-sociocultural-e-cientfico>. Acessado em: 30 mar. 2023.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

FREITAS, M.; PEREIRA, E. R. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v20-n3-freitas-pereira>. Acessado em: 12 abr. 2023.

MEYER, I. H. Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, Washington v. 2, n. 3, p. 209-213, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/sgd0000132>. Acessado em: 27 abr. 2023.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MELLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do; CORDEIRO, M. P. (Orgs.), **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Bahia, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PAVELTCHUK, F. de O.; BORSA, J. C. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 41-54, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 nov. 2022.

PESSOA, F. Autocensura, medo e estratégias para manter o debate e se defender de ataques. **Portal Catarinas**, [s. l.], 31 ago. 2022. Disponível em: <https://catarinas.info/autocensura-e-uma-das-consequencias-da-ofensiva-antidemocratica-nas-escolas/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

REBOUCAS, M. S. S.; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 19-28, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2022.

ROSENTHAL, R. W. O Plantão de Psicólogos no Instituto Sedes Sapientiae: uma proposta de atendimento aberto à comunidade. In: MAHFOUD, M. **Plantão Psicológico: novos horizontes**. 2. ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012. p. 17-30.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Plantão psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisas e intervenções. **Psico USF**, Bragança Paulista, v. 20, n. 1, p. 163-173, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200115>. Acesso: 30 nov. 2022.

Secretaria Nacional de Assistência Social; Departamento de Proteção Social Especial; Departamento de Proteção Social Básica. Ministério do desenvolvimento social e agrário. **O Dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/1705SUSCombateLGBTfobia.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

Diagnóstico LGBT+ na pandemia: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia do coronavírus. **VOTELGBT**, [s. l.], jun. 2021. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stic%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

OLIVEIRA, J. Em decisão histórica, STF derruba restrição de doação de sangue por homossexuais. **EL PAÍS**, São Paulo, 08 maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doacao-de-sangue-por-homossexuais.html>. Acesso em: 22 abr. 2023.

OLIVEIRA, M.; BÁRBIERI, L. F. STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. **G1**, Brasília, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2023

Centro de Referência LGBTQ+ Thina Rodrigues se consolida como espaço de acolhimento a pessoas trans. **Portal do Governo**. Fortaleza, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/02/13/centro-de-referencia-lgbt-thina-rodrigues-se-consolida-como-espaco-de-acolhimento-a-pessoas-trans/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Criação do Observatório dos Crimes por LGBTQfobia é publicado no DOE. **Portal do Governo – SPSS**. Fortaleza, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2022/02/16/criacao-do-observatorio-cearense-dos-crimes-correlatos-por-lgbtqiapnfobias-e-publicado-no-diario-oficial-do-estado/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

GOMES, A. M.; REIS, A. F.; KURASHIGE, K. D. Violência e homofobia: um estudo sobre o preconceito e a agressão contra a população LGBTQ em Mato Grosso do Sul. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 8, n. 11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6547>. Acesso em: 02 maio 2023.

QUEIROZ, I. Agora é lei: estabelecimentos no Ceará devem fixar placas contra LGBTQfobia. **Opovo**, Fortaleza, 20 maio 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/05/20/agora-e-lei--estabelecimentos-no-ceara-devem-fixar-placas-contralgbtfobia.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

TAGLIAMENTO, G. *et al.* Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTQfobia na saúde mental de pessoas LGBTQs. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Bahia, v. 6, n. 3, p. 77-112, 2020. DOI: 10.9771/cgd.v6i3.34558. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/34558>. Acesso em: 01 maio 2023.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.